

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/034008.
RECORRENTE: VALFREDO DOS SANTOS.
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA – SIT.
AUTO DE INFRAÇÃO: P000642111.

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 231, IV do CTB, "TRANSITAR COM O VEICULO COM SUAS DIMESÕES OU DE SUA CARGA SUPERIORES AOS LIMITES ESTABELECIDOS LEGALMENTE SEM AUTORIZAÇÃO. Nulidade do AIT. Não preenchimento dos campos obrigatórios pelo agente de fiscalização. Erro de preenchimento do AIT. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face do rigor do artigo 231, IV do CTB, com base no auto de infração **P000642111**, lavrado no dia 30/04/2017, na Rod. BA526 Km 9 CIA - AEROPORTO – SIMOES FILHO/Bahia.

Alega o Recorrente que o Art.280 do CTB, que ocorrendo infração prevista na legislação, deverá obrigatoriamente ser lavrado um auto de infração no qual deverá constar o tipo DESCRITO NO CAMPO OBRIGATORIO, fato não ocorrido no Auto de Infração de transito P000642111.

O Recorrente junta a documentação necessária à análise de suas argumentações, pelo que requer seja julgado insubsistente o auto de infração e o consequente cancelamento da multa imposta.

É o relatório.

Voto

Superadas questões processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, e presentes todos os requisitos de ordem formal quanto a lavratura do AIT, passo à análise de mérito do Recurso.

Diante da ocorrência de erro de preenchimento do AIT conforme é claramente perceptível no AIT em estrita observância aos Princípios Administrativos da Legalidade e da Autotutela conheço do recurso e passo à análise do seu mérito.

Da análise das argumentações do Recorrente, dos documentos acostados aos autos é possível notar que o campo **OBSERVAÇÕES DO AIT P000642111**, não foi preenchido pelo Agente de Fiscalização, tendo em vista que o Recorrente comprova com a argumentação de equívoco na autuação de trânsito aventada pelo Recorrente, pois, confrontando o AIT o agente de fiscalização registrou somente os dados pessoal do recorrente e de seu veículo, deixando de descrever o campo **OBSERVAÇÕES** no AIT conforme preceitua o art. 231, IV "INFORMAR AS DIMESÕES MEDIDAS E A EXISTENCIA OU NÃO DA AUTORIZAÇÃO. O agente de fiscalização descumpriu o que determina o artigo 280 do CTB, o AIT não foi preenchido seu campo obrigatório "CAMPO OBSERVAÇÕES".

Por tal contradição, se impõe a declaração de nulidade do AIT, por evidente irregularidade de preenchimento do seu campo, quando, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. P000642111** lavrado contra **VALFREDO DOS SANTOS**, determinando seu consequente arquivamento.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **P000642111**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 29 de setembro de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente- Relator

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI